



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Gabinete Civil da Governadoria**  
**Superintendência de Legislação**

LEI Nº 17.031, DE 02 DE JUNHO DE 2010

Revogada pela Lei nº 17.262, 26-01-2011.

~~Altera a Lei nº 16.288/08, que dispõe sobre o Plano de Cargos do Pessoal de Apoio Fiscal Fazendário da Secretaria da Fazenda, e dá outras providências.~~

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da [Constituição Estadual](#), decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 16.288, de 02 de julho de 2008, passa a vigor com a seguinte redação:-

~~“Art. 22. A implementação inicial do Plano de Cargos instituído por esta Lei compreenderá tão somente os cargos atualmente providos em conformidade com a transformação promovida pela Lei nº 13.738, de 30 de outubro de 2000, especialmente pelo seu art. 32, cujos titulares tenham sido regularmente enquadrados nas classes I, II e III dos cargos de Técnico Fazendário Estadual.” (NR)~~

Art. 2º A Lei nº 16.288, de 02 de julho de 2008, passa a vigor acrescida do art. 23 A, com a seguinte redação:-

~~“Art. 23 A. Observadas as normas previstas nos arts. 22 e 24, os atuais titulares dos cargos de Técnico Fazendário Estadual I, II e III serão enquadrados, mediante opção escrita, nos cargos equivalentes do Quadro de que trata esta Lei, observado o seguinte:~~

~~I— para o efeito de enquadramento, deverão ser atendidos a correspondência entre as funções dos cargos anteriores, descritas no art. 4º, I, II e III, da Lei nº 13.738, de 30 de outubro de 2000, as atualmente atribuídas ao pessoal de apoio fiscal fazendário de que tratam os arts. 5º, 6º e 7º, respectivamente, bem como os níveis de escolaridade exigidos nesta Lei para o provimento de cargos, considerando-se para esse fim os de que seus titulares eram portadores na data que corresponder a 5 (cinco) anos completos, anteriores à de publicação das normas constantes deste artigo;~~

~~II— na ocorrência de omissão, divergência, confusão ou grave insuficiência em estabelecer a integral correspondência prevista no inciso I, resolver-se-á mediante a seguinte equivalência:~~

~~a) os cargos de TFE I equivalerão aos de ANF 1, se os seus atuais titulares, na data nele prevista, detinham escolaridade mínima de nível fundamental (antigo 1º grau completo);~~

~~b) os cargos de TFE II equivalerão aos de ANF 2, se os seus atuais titulares, na data nele prevista, detinham escolaridade mínima de nível médio (antigo 2º grau completo);~~

~~e) os cargos de TFE III equivalerão aos de ANF 3, se os seus atuais titulares, na data nele prevista, detinham escolaridade mínima de nível superior completo;~~

~~III— na hipótese do inciso II, se o nível de escolaridade do titular do cargo, na data prevista no inciso I, for inferior ao exigido para o provimento do seu correspondente, nos termos desta Lei, o enquadramento recairá sobre o cargo compatível com aquele nível;~~

~~IV— o enquadramento dar-se-á na referência 4 (quatro) da classe de cargos a que o servidor fizer jus na forma deste artigo, independentemente do número de vagas e percentual do quantitativo por referência de que trata o Anexo I, produzindo efeitos a partir da data do deferimento da opção;~~

~~V— nenhum enquadramento terá efeito retroativo;~~

~~§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, aos aposentados e pensionistas que tenham paridade remuneratória com os cargos a que se refere esta Lei, mediante opção, observada a legislação previdenciária pertinente.~~

~~§ 2º Compete ao Secretário da Fazenda a expedição de ato efetivando enquadramento previsto neste artigo.” (NR)~~

~~Art. 3º Fica criado, na Secretaria da Fazenda (SEFAZ), um quadro transitório de cargos de provimento efetivo, na condição de extintos com a sua vacância, destinado a integrar, mediante enquadramento por opção, os servidores efetivos transferidos, reletados e removidos para a SEFAZ até 31 de dezembro de 2004, oriundos de órgão ou entidade por ela sucedido, observado o seguinte:~~

~~I— os cargos de provimento efetivo que comporão o quadro transitório serão os previstos nesta Lei, assim entendidos aqueles que tenham os mesmos requisitos de escolaridade e correlação de funções com os cargos descritos nos arts. 5º, 6º e 7º, todos da Lei nº 16.288, de 02 de julho de 2008, em quantitativos e símbolos suficientes para abranger o pessoal referido neste artigo e que atenda às condições para enquadramento;~~

~~II— os servidores de que trata este artigo poderão fazer sua opção pelo quadro nele referido, por intermédio de termo próprio, atendidos a correspondência de função e o grau de escolaridade exigidos para o provimento do cargo e aplicando-se, no que couber, o disposto nos arts. 23 A, 24 e 26 da Lei nº 16.288, de 02 de julho de 2008;~~

~~III— o enquadramento dar-se-á na referência 4 (quatro) do respectivo cargo a que o servidor fizer jus na forma do inciso II;~~

~~IV—nenhum enquadramento poderá ter efeito retroativo;~~

~~V—o pessoal que vier a ser enquadrado terá a denominação de seu cargo de origem transformada para a de cargo equivalente nas classes de Analista Fazendário I, II e III;~~

~~VI—aos servidores enquadrados na forma deste artigo aplicam-se as mesmas normas previstas para os titulares dos cargos correspondentes, especialmente as que constam dos arts. 5º, 6º, 7º, 23-A, 24, 26 e 27, todos da Lei nº 16.288, de 02 de julho de 2008, sendo-lhes asseguradas idênticas vantagens, sob as mesmas condições em que forem conferidas aos titulares dos cargos equivalentes, tais como as relativas ao regime jurídico, à lotação, ao exercício, ao regime de trabalho e à frequência, ao vencimento e à progressão funcional, bem como a outros direitos e obrigações nela previstos.~~

~~§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos servidores:-~~

~~I—que pertenciam a quadro de órgão ou entidade extintos pela Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, e tenham sido transferidos para a Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos e, posteriormente, remanejados para a Secretaria da Fazenda, nos termos admitidos pelo art. 21 dessa mesma Lei;~~

~~II—egressos de autarquias ou fundações extintas pela referida Lei nº 13.550/99, que, na data de 11 de novembro de 1999, já se encontravam à disposição da SEFAZ;~~

~~III—ocupantes dos cargos de:-~~

~~a) Auxiliar Fazendário A e B, previstos na Lei nº 10.630, de 13 de setembro de 1988;-~~

~~b) Agente Fazendário I e II, de que trata a Lei nº 12.346, de 26 de abril de 1994;-~~

~~IV—aposentados e aos pensionistas que tenham paridade remuneratória com os cargos nele referidos, mediante opção, observada a legislação previdenciária pertinente.~~

~~§ 2º Os servidores ocupantes de cargos de Técnico Fazendário Estadual e os referidos no inciso III do § 1º que, na data da vigência da Lei nº 13.738, de 30 de outubro de 2000, não detinham a escolaridade mínima equivalente ao ensino fundamental completo, bem como o pessoal nominado no caput deste artigo que, na data nele prevista, também estava na mesma situação, poderão ser enquadrados no quadro transitório na referência 1 (um) do cargo equivalente ao de Analista Fazendário I (ANF-I).~~

~~Art. 4º Observadas as alterações introduzidas pelo art. 3º, os servidores que tenham sido transferidos, relotados ou removidos para a Secretaria da Fazenda, provenientes de órgãos ou entidades diversos daqueles por ela sucedidos, inclusive dos ainda existentes, deverão retornar ao órgão ou entidade de origem ou seu sucessor, admitido o seu enquadramento, mediante opção, no quadro de pessoal deste ou, se inexistente, no de servidores públicos da área técnico-administrativa, instituído pela Lei nº 15.664, de 23 de maio de 2006, desde que, no último caso, atendam às condições estabelecidas na referida Lei.~~

~~Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão custeadas pelo Orçamento Geral do Estado.-~~

~~Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos, porém, a partir de:-~~

~~I—7 de julho de 2008, quanto ao art. 7º, I, bem como ao art. 23-A da Lei nº 16.288, de 02 de julho de 2008, acrescido por esta Lei;~~

~~II—1º de novembro de 2010, quanto aos que tiverem repercussão financeira.-~~

~~Art. 7º Revogam-se:~~

~~I—os arts. 23 e 25 e o Anexo II, todos da Lei nº 16.288, de 02 de julho de 2008;-~~

~~II—a Lei nº 15.670, de 02 de junho de 2006.-~~

~~Parágrafo único. Em decorrência da revogação de que trata o inciso I do caput deste artigo, consideram-se sem efeito os enquadramentos realizados com fundamento nos arts. 23 e 25 e no Anexo II da Lei nº 16.288/2008.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 02 de junho de 2010, 122º da República.-~~

~~ALCIDES RODRIGUES FILHO~~

~~(D.O. de 10-06-2010)~~

*Este texto não substitui o publicado no D.O. de 10-06-2010.*

Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Poder Legislativo Secretaria de Estado da Administração - SEAD Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA
Categoria	Plano de cargos e carreiras